

PROGRAMA DA LISTA CANDIDATA À DIRECÇÃO DO SNESUP

“Por um Ensino Superior e uma Investigação Científica de qualidade ao serviço do País”

I – PELO RECONHECIMENTO DO VALOR SOCIAL DO ENSINO SUPERIOR E DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Necessidade de aumentar a procura de qualidade para o Ensino Superior

Vem-se assistindo, com especial agravamento nos períodos mais recentes, a um ataque contra o Sistema de Ensino Superior baseado em aspectos gestionários ou economicistas. Para combater os argumentos que sustentam a investida é necessário afirmar o Sistema de Ensino Superior enquanto elemento fundamental para o desenvolvimento e qualificação social e profissional das populações. O Sistema de Ensino Superior é uma prioridade nacional para um país que precisa de desenvolver um modelo de trabalho diferenciado e qualificado, afastando-se progressivamente de um modelo falido de trabalho barato e não qualificado.

A atracção crescente de um público interessado em qualificar-se e sequioso de saber integra-se neste objectivo.

Contudo, a sua concretização não pode ser garantida se a qualidade efectiva do Sistema não for melhorada, se não forem reforçados os mecanismos que sustentam uma política de investigação consistente e programada e se não forem dados os passos que fomentem uma cultura de criação e difusão de saberes que não isole o Sistema de Ensino Superior da realidade que o enforma, quer a montante, quer a jusante.

A porção da população portuguesa com formação superior continua a ser baixíssima e muito inferior à média comunitária mesmo entre as camadas jovens. Há que denunciar as manobras ilegítimas de quem propala a ideia de que há doutores a mais em Portugal, porque a menos que deixemos de ser Europa, isso é uma redonda falsidade.

Há que combater os chavões ultimamente propalados sobre desemprego de licenciados, recordando que a porção da população portuguesa com formação superior continua a ser baixíssima e muito inferior à média comunitária mesmo entre as camadas jovens.

Mas também há que prestar atenção aos novos desafios que se deparam no Ensino Superior. A captação de novos públicos, para assegurar a formação ao longo da vida ou em busca de certificação de competências adquiridas por processos não convencionais deve merecer a nossa atenção doravante, garantindo a melhor integração desta nova realidade nos recursos docentes existentes.

Pugnar por um ensino pré-superior que alcance níveis mais elevados de qualificação e menores taxas de abandono

Num sistema de ensino pré-universitário com taxas de abandono a rondar os 40%, é inócuo e obsceno avançar com medidas avulsas para o Ensino Superior que não equacionam a raiz dos problemas a montante. Elidindo esta vergonhosa realidade, os cenários de regressão demográfica dos jovens potencialmente interessados em ingressar no Ensino Superior, e a imposição de cortes de vagas nas instituições de Ensino Superior, traduzem uma inaceitável desintegração entre as políticas de ensino de diferentes níveis.

O SNESup deve agir activamente na discussão da Lei de Bases da Educação e nas políticas a montante do Ensino Superior, para garantir o objectivo de ver mais jovens, melhor preparados, a chegar a este nível de ensino.

Necessidade de aumentar a oferta de Ensino Superior de qualidade e fomentar o seu acesso por uma porção crescente da população

Não defendemos um Ensino Superior de qualquer maneira. O Ensino Superior tem que ter qualidade, seja ele público ou privado. A responsabilidade da garantia de qualidade do Sistema cabe à tutela que deve promover a avaliação independente das instituições de Ensino Superior, assumindo as consequências dessas avaliações. Deve a tutela impor critérios mínimos de qualidade, incentivando as instituições melhor avaliadas e promovendo mecanismos de correcção, sob a forma de apoios específicos contratualizados, para as instituições em que se encontrem deficiências.

O acesso por uma porção crescente da população a instituições de qualidade tem que ser catalisado através da promoção de indicadores de qualidade das instituições mais afastadas dos centros tradicionais (Lisboa, Porto e Coimbra). Essas instituições promovem o desenvolvimento de regiões periféricas e servem populações que de outra forma não teriam acesso ao Ensino Superior, uma vez que muitas vezes não conseguem suportar os elevados custos de ter estudantes deslocados.

Sustentar a investigação de qualidade e a promoção da sua relação com o tecido produtivo e social

O isolamento das Universidades e dos Politécnicos face à sociedade torna-os alvos fáceis em períodos de crise. Embora o seu papel no desenvolvimento das sociedades seja inquestionável, a verdade é que parte da sociedade e dos políticos portugueses nunca se deixaram convencer das vantagens de assumir, com determinação, a premência dos investimentos na formação superior do maior número de portugueses, como fazem os outros países da União Europeia. Imaginam desperdício onde está uma fonte rara de riqueza material e humana.

O isolamento das Universidades e dos Politécnicos face à sociedade torna-os alvos fáceis em períodos de crise. O papel destes para o desenvolvimento das sociedades que os acolhem é inquestionável. Contudo, nunca conseguiram convencer a sociedade da sua premência e são consequentemente vistos como um gasto em vez de um investimento, um desperdício em vez de uma fonte de riqueza.

A investigação de qualidade é a grande bandeira do Ensino Superior e aquilo que o diferencia dos outros níveis de ensino. Nesse sentido, a promoção da investigação científica, em geral, e da investigação desenvolvida em instituições de Ensino Superior, ou realizadas no seu âmbito, em particular, deve ser prioritária e uma das preocupações do SNESup.

Aliás, defenderemos que o aumento proposto da percentagem do PIB para a investigação científica de 1,8 para 3,0% na União Europeia, seja, em Portugal, canalizado para as estruturas que até aqui têm assegurado a grande fatia dos actuais 0,7% do PIB nacional, ou seja, para as instituições de Ensino Superior. A menos que o sector privado em Portugal, cujos investimentos em I&D são diminutos, mude radicalmente de atitude, não resta outro caminho que não seja a de ser o sector público a tomar a iniciativa com imaginação e ousadia, capaz de dar esperança nova ao velho e até agora falido *slogan* de ligação Ensino Superior e Sociedade.

A jusante do Sistema será nossa preocupação que se criem políticas de integração dos diplomados e pós-graduados no sistema produtivo (não académico) nacional.

Reforçar as componentes de investigação e de prestação de serviços à comunidade

A aposta na investigação, essencial num país que quer apanhar o comboio do desenvolvimento e se quer tornar competitivo a nível internacional, só será possível com a compreensão e contribuição das populações, o que exigirá o seu envolvimento. O modelo de investigação preconizado terá que propiciar interacções com as populações, quer através da divulgação do que melhor se faz em termos de investigação fundamental, quer através da disponibilização dos recursos e produtos da investigação, quer através de interacções de inovação e desenvolvimento com os meios produtivos, quer através da prestação de serviços à população em geral.

Esta relevância social da ciência, e indirectamente, das Universidades e Politécnicos permitirá uma maior invulnerabilidade às tentações gestionárias de redução de despesa através da progressiva asfixia das nossas instituições.

Apoiar a integração de jovens investigadores na actividade científica das instituições reconhecidas pelo MCES

Esta acção corresponde a uma nova atitude que queremos para o SNESup. Um sindicato activo que se preocupa com os problemas que se encontram a montante e a jusante do Sistema e não apenas com as instituições do Ensino Superior.

O incentivo à integração de jovens investigadores na actividade científica de instituições não académicas constitui um grande contributo para o aumento da produtividade destas e contribuirá para a mobilização dos jovens para as tarefas da criação e difusão de saberes.

Proteger a formação continuada de novos docentes, no quadro da carreira, de modo a sustentar o esforço de actualização em curso

A qualificação dos novos docentes permitirá o reforço da investigação das instituições, a renovação e a actualização dos interesses destas e constitui um passo determinante na continuidade do seu ciclo de vida e na sua afirmação.

No caso das instituições com menor número de docentes pós-graduados, essa aposta na formação constituirá um importante contributo para o aumento da qualidade e abrirá o caminho para novos projectos. As instituições politécnicas enquadram-se particularmente neste cenário, necessitando de investir fortemente na pós-graduação dos seus docentes. Para isso há que criar mecanismos que permitam a efectivação destes docentes aquando da prossecução dos graus de Doutor e de Mestre, a sua integração imediata nos Conselhos Científicos para que possam ajudar a traçar novos caminhos, contribuindo para a definição e implementação de linhas directrizes de desenvolvimento e investigação, e assim reforçar as instituições.

Por considerarmos tal prática contrária a estes objectivos, iremos combater todas as Universidades que, violando o disposto na Lei, continuem a cobrar propinas de Mestrado e Doutoramento directamente aos docentes do Ensino Superior público em lugar de exigirem as correspondentes contrapartidas financeiras ao MCES.

Valorizar, em sede de carreira profissional, a qualificação e recompensar o mérito

Este é uma das bandeiras tradicionais deste sindicato que actualmente assume ainda maior relevância.

A qualificação académica está associada à investigação, à inovação, ao desenvolvimento de projectos e instituições. Para o SNESup, um princípio essencial é a defesa de que quem

progride na carreira académica deve ver reflexo da sua maior qualificação em sede de carreira profissional é um princípio essencial para o SNESup.

O mérito daqueles que mais produzem e mais contribuem para o desenvolvimento das instituições e do país deve ser recompensado e devem ser criados mecanismos que permitam que a evolução na carreira profissional esteja realmente associada à melhoria crescente dos níveis científicos e pedagógicos dos docentes.

Os constrangimentos actuais devidos à piramidização da carreira devem ser levantadas pela adopção de um Sistema de quadros de dotação global que permita que a carreira profissional de cada um dependa apenas da sua evolução, independentemente da progressão dos colegas, ou da existência de colegas com categorias profissionais mais elevadas, mantendo-se sempre um contingente de lugares (quotas externas) que permita o acesso a partir do exterior da instituição, por via de concurso ou de transferência.

Restituir às carreiras do Ensino Superior um lugar cimeiro no conjunto das carreiras tuteladas pelo Estado

As carreiras do Ensino Superior têm perdido relevância social, acompanhando a degradação da própria imagem do Sistema. A luta pela defesa da relevância da investigação e do papel do Ensino Superior na qualificação e melhoria das capacidades e competências na sociedade tem que ser acompanhada pela luta pela dignificação das carreiras do Ensino Superior.

Para tal defenderemos o cumprimento integral dos acordos salariais assumidos. É incompreensível que, ao arrepio da Lei, o índice de entrada para as carreiras de Ensino Superior, Assistente Estagiário nas Universidades e Assistente de 1º Triénio nos Politécnicos, continue abaixo dos índices remuneratórios de entrada nas carreiras docentes do ensino não superior.

Melhorar a segurança de emprego no Ensino Superior

A precariedade é a principal característica das carreiras actuais do Ensino Superior. Em momentos de crise, como o que atravessamos, isso tem significado uma elevada incidência de não-renovações e denúncias de contratos, o recurso exagerado à contratação em substituição e o recrudescimento de formas de contratação ilegais como os “recibos verdes”. Deve ser assumida como prioritária a luta pela criação de mecanismos de estabilidade nas carreiras do Ensino Superior, assim como a sensibilização sobre a necessidade de reter nas instituições os colegas que investiram na sua qualificação, adquirindo importantes mais-valias.

Para além do direito constitucional à segurança no emprego, a consagração de outro direito fundamental, reconhecido por acórdão do Tribunal Constitucional de 19 de Novembro de 2002, o subsídio de desemprego para os docentes e investigadores do Ensino Superior público tem que estar nos primeiros lugares do rol das nossas reivindicações.

Fazer respeitar os direitos adquiridos

Seja qual for o panorama político-sindical, mantém-se a necessidade de lutar pela defesa das garantias da actual carreira. A aproximação de um momento crucial, em que a tutela se prepara para apresentar uma proposta para alterações às carreiras docentes deve ser aproveitada para reforçar os aspectos positivos dos actuais estatutos, virando as baterias para os escolhos desses estatutos. Defenderemos o princípio da não-regressão: no processo de revisão não pode haver perda de direitos.

Também não pode o SNESup abdicar de fazer cumprir o acordo salarial de 1996, que o MCES reconhece mas que ainda não foi cumprido. A base das carreiras do Ensino Superior continua abaixo da base da carreira docente nos ensinos básico e secundário.

Criar mecanismos que garantam a efectiva aplicação da lei e a tempestiva composição de litígios

O SNESup defenderá a constituição em cada Universidade, Instituto Politécnico ou instituição não integrada de uma Comissão mista Sindicatos - Administração para emitir pareceres e formular recomendações sobre aplicação dos Estatutos de Carreira e demais legislação.

Do mesmo modo, favorecer-se-á o recurso à arbitragem.

Com estas medidas, que vêm sendo reivindicadas pelo SNESup, acreditamos que poderá vir a ser reduzida a conflitualidade e prevenida a ocorrência de arbitrariedades a que só um moroso e desgastante recurso aos Tribunais permite, e mal, contrariar. No entanto, a instituição destes mecanismos implicará o reforço da informação dos associados, a formação de representantes sindicais, e um maior envolvimento do apoio jurídico do sindicato.

Entretanto, consideramos que, face à profusão de práticas laborais incorrectas e ilegais tanto no ensino público como no privado, se devem criar mecanismos efectivos de fiscalização e se deve incluir a qualidade laboral no conjunto dos elementos caracterizadores da qualidade das instituições. Defendemos assim a instituição de procedimentos conducentes à melhoria de qualidade laboral no Ensino Superior, designadamente com a inclusão de pedidos de informação à Inspeção-Geral da Ciência e do Ensino Superior e da Inspeção-Geral do Trabalho e às associações sindicais para todos os processos instrutores de autorização de novos cursos, de concessão de apoios ou de fixação de *numeri clausi*.

A actual situação em que, como sobre a Lei 1/2003, responsáveis institucionais dão ordens para desrespeitar a lei, prejudicando o desenvolvimento das próprias instituições, terá que continuar a ser sistematicamente denunciada.

II – POR UM SINDICATO INDEPENDENTE, INFLUENTE NA COMUNIDADE ACADÉMICA E COM PROJECCÃO E VISIBILIDADE NO ÂMBITO NACIONAL

Manter o SNESup como Sindicato independente

A participação do SNESup deve ser sempre norteada por um dos seus princípios estatutários: a independência.

Aliás, o SNESup tem sido, estatutária e efectivamente, um Sindicato independente, o que lhe confere total iniciativa e responsabilidade na elaboração das suas propostas e na definição e calendarização de formas de actuação.

Poderemos participar em frentes negociais ou concertar acções conjuntas com outras organizações, e procuraremos aproveitar sempre que possível o ensejo para o fazermos, mas os objectivos, formas de actuação e as condições de assinatura de acordos terão de merecer a nossa aprovação.

Por outro lado, o SNESup tem sabido evitar as tentativas de instrumentalização de forças políticas e de outras forças sindicais. Esta atitude não compromete a possibilidade de o SNESup se tornar cada vez mais um actor nas movimentações sociais e um interlocutor para

as variadíssimas forças do espectro político-sindical. Assim, é nossa convicção que estas aproximações deverão ser conjunturais, com o fim único da prossecução dos objectivos comuns e salvaguardando a imagem e a prática de uma atitude independente e descomprometida.

O único compromisso do SNESup deve ser com o Ensino Superior, com os docentes e investigadores que o integram.

Manter e reforçar a liderança sindical no Ensino Superior

O SNESup é o único sindicato exclusivamente do Ensino Superior. Por outro lado, entre os sindicatos da educação, é também aquele com mais associados neste Sistema.

Esta liderança tem-se acentuado, como o aumento de mais de 20% de sócios em plenitude de direitos desde as últimas eleições comprova.

Mas esta liderança tem que ser cimentada na iniciativa. Pretende-se que o SNESup continue a ser o sindicato que melhor conhece as realidades do Sistema e o primeiro a intervir em sua defesa.

Procuraremos ainda continuar promovendo o aumento do número de docentes do Ensino Superior e investigadores inscritos no SNESup, e actuar contra a chamada pelo poder político de sindicatos sem qualquer representatividade, quer no que respeita às negociações dos Estatutos de Carreira, quer no que concerne a outras matérias negociais específicas do Ensino Superior. Nesse sentido exigiremos a publicitação do número de docentes do Ensino Superior e investigadores inscritos nos Sindicatos convocados para participar em negociações relativas ao Sistema em que nos inserimos.

Afirmar a imagem do sindicato a nível nacional, projectando-o na comunicação social

Verificámos recentemente como um pacote legislativo adverso foi precedido de uma barragem de desinformação. A instalação de ideias falaciosas sobre o Ensino Superior, a sua utilidade ou finalidade e a qualidade dos seus actores foi possível devido ao desconhecimento da sociedade em geral sobre o Sistema.

A capacidade de desmontar esses argumentos não depende apenas da clareza das nossas ideias ou da rapidez da nossa intervenção. Apenas resulta, demasiadas vezes, da nossa capacidade mediática.

Fazendo assentar a sua acção na trilogia informar-debater-intervir, o SNESup deverá actuar junto da comunicação social e do público em geral, por forma a contrariar o efeito das campanhas que o Ensino Superior tem sofrido. Só conseguindo aumentar a credibilidade e o prestígio das nossas profissões junto da opinião pública poderemos conquistar as populações para o crescente reconhecimento por parte da comunicação social e do público em geral, necessário para virar as campanhas que o Ensino Superior tem sofrido, resultará da interventividade do SNESup.

Só conseguindo aumentar a projecção entre a população poderemos conquistar a opinião pública para a justeza e razoabilidade das nossas lutas.

A estratégia de imagem do SNESup deve ser revista, tornando-a progressivamente mais eficaz e mantendo uma pressão constante sobre a comunicação social acerca dos problemas, das lutas e das propostas do SNESup sobre o Ensino Superior.

Assegurar a presença activa em todos os principais pólos do Ensino Superior do País

Intervir com precisão e com justeza implica estar próximo dos problemas. Teremos que estar perto dos sócios e restantes colegas em todos os momentos em que a qualidade do Ensino Superior e os direitos dos docentes e investigadores estejam em causa.

Para isso, é essencial que o SNESup revele capacidade de intervir em qualquer ponto do país. Estamos já implantados em 210 instituições. Temos que assegurar visibilidade nestas e presença naquelas onde a nossa voz não se faz ouvir.

A abertura das sedes de Coimbra e Porto foi o primeiro passo para essa presença. Neste mandato, a Direcção do SNESup, reforçará o apoio à actividade de Delegados Regionais em colaboração estreita com o trabalho da Direcção, tentando-se implementar actividades regulares e dinamizar a participação de todos nos grandes momentos reivindicativos.

Assegurar a iniciativa em todos os subsistemas, Universidades e Politécnicos, públicos e privados, ensino, investigação

Num momento em que muitos direitos estão em causa e em que em todos os Sistemas se sofrem ataques, o SNESup precisa de reafirmar a sua visão não fraccionária do Ensino Superior.

Os sub sistemas do Ensino Superior funcionam como verdadeiros vasos comunicantes: conquistas e derrotas num sub sistema serão sentidas noutra, qualquer que seja, num período de tempo reduzido.

As ameaças ao direito de trabalho privado fragilizam as reivindicações dos colegas do ensino público, aos quais se pensa já em aplicar o regime do Código de Trabalho, aliás não o Código como o conhecemos, mas o anunciado Livro II do Código, que precarizará o trabalho intelectual a pretexto da sua autonomia técnica. A precariedade do Politécnico serve para alguns governantes como modelo para aplicar ao Universitário. O desrespeito pelo papel da investigação degrada as condições e a qualidade de trabalho de todos.

O SNESup precisa de todos, vale a pena reafirmá-lo.

Assim, deve o SNESup continuar a pugnar pela revisão pontual dos Estatutos de Carreira Docente Universitária. Mas deve também pugnar pela aproximação a estes dos Estatutos de Carreira para os docentes do Politécnico, nivelando por alto as exigências as qualificações, as responsabilidades e os direitos.

Deve o SNESup defender critérios exigentes de qualificação académica para os corpos docentes das instituições de Ensino Superior particular e cooperativo, como defende para as suas congéneres públicas, contribuindo para um nivelamento da qualidade, e para a defesa da estabilidade de corpos docentes qualificados e cientificamente activos.

Deve o SNESup continuar a defender a intercomunicação entre carreiras docentes e a Carreira de Investigação Científica. Deve, igualmente, defender uma maior quantidade de investigadores por instituição e uma maior fracção do tempo dedicado à investigação por cada docente.

Há que recordar que o poder negocial do SNESup depende da sua capacidade de lançar iniciativas que, concitando o apoio dos docentes e investigadores, acabem por gerar movimentos de opinião, reflectindo-se inclusivamente, como tantas vezes se tem verificado, no posicionamento de outras organizações.

Esta capacidade de iniciativa tem de se reflectir em todos os subsistemas, universitário ou politécnico, público e privado, ensino e investigação. Em todos eles o SNESup tem de saber identificar problemas, suscitar o apoio de interessados, formular propostas, e levá-las a bom termo.

Dinamizar a sindicalização e abrir o SNESup aos jovens docentes e investigadores

Os jovens docentes e investigadores vêm encontrando fechadas muitas portas pelas quais puderam ainda passar uma grande parte da geração que os antecedeu, e são as primeiras vítimas da precariedade contratual e das políticas conducentes a reduzir as garantias consignadas dos Estatutos de Carreira.

O SNESup soube nos últimos anos manter a defesa, não só dos direitos adquiridos daqueles que se já encontravam nos Sistemas de Ensino Superior e de investigação, mas também dos que no futuro os virão a integrar.

Para que o Sindicato não se transforme num Sindicato de geração, o que conduziria a médio prazo à derrota dos ideais presentes na sua constituição, é preciso sindicalizar os docentes e investigadores mais jovens, é preciso que estes participem na vida sindical, ocupem os lugares de comando, mas também, de sacrifício, que são os dos dirigentes e delegados sindicais.

A taxa de sindicalização actual parece indicar que há possibilidades de continuar a reforçar o número de sócios do SNESup. Os jovens docentes e investigadores são essenciais para se alcançar esse aumento de sindicalizações, pois constituem uma geração que surge no Ensino Superior já depois das lutas que formaram a identidade do Sindicato, mas serão as vítimas de toda a desregulação e perda de direitos que se prepara e que urge combater.

Não é só por estes que lutamos, mas é essencialmente para estes que no futuro servirão os frutos das nossas lutas.

Nesse sentido, devem ser criadas condições para assegurar a sua participação na vida sindical, aproveitando a sua capacidade organizativa e reivindicativa.

Apoiar os movimentos de docentes, de investigadores e de instituições que prossigam objectivos compatíveis com os do SNESup

O SNESup tem dado provas de grande abertura e visão estratégica, ao apoiar, os simplesmente divulgar sem quaisquer pedidos de contrapartida, a actividade de comissões de docentes e investigadores e de comissões inter-escolas, das associações e movimentos de investigadores, e do próprio Conselho de Laboratórios Associados.

Manteremos esta abertura.

Apoiar a movimentação sindical de investigadores e quadros superiores de outros sectores de actividade

O II Congresso do SNESup aprovou uma fórmula aceitável para o alargamento de âmbito do nosso Sindicato a investigadores não enquadrados no Ensino Superior, que só não foi ratificada em Assembleia-Geral por insuficiência de quórum. Caso esta alteração não possa vir a ser reequacionada, consideramos que o SNESup poderá ter interesse em relacionar-se com estruturas sindicais, existentes ou a constituir de investigadores que não possa abranger estatutariamente e até de outros quadros superiores que se organizem de acordo com os mesmos princípios de independência e que estejam dispostos a participar com o SNESup em movimentações com objectivos específicos.

Por outro lado, e numa perspectiva de participação no movimento social, deve o SNESup participar activamente nos fóruns nacionais e internacionais de modo a partilhar orientações e alianças estratégicas sindicais envolvendo o Ensino Superior na Europa e quaisquer outros sectores que prossigam interesses comuns.

Colaborar com as Confederações Sindicais, sem prejuízo de manter a independência

O SNESup tem mantido episodicamente contactos com estruturas filiadas nas duas grandes Confederações Sindicais – CGTP e UGT – e mantém contactos com as próprias Confederações.

Exploraremos a possibilidade de acordos bilaterais de cooperação com ambas as Confederações, desde que estejam respeitem a independência do SNESup e reconheçam o

seu direito constitucional e legal de negociar independentemente com o poder político e com as entidades patronais as matérias de interesse dos seus representados.

Desenvolver relações sindicais na Europa

A integração europeia em geral, e o processo de Bolonha em particular, exigem do SNESup uma atenção particular às intervenções que, a nível da União Europeia, Estados, sindicatos e organizações de professores e de investigadores e outras entidades desenvolvem, no sentido de transformar o Ensino Superior e os Sistemas de ensino em geral. O SNESup deverá, neste domínio, desenvolver esforços para estabilizar actividades de troca de informação e de participação nos debates europeus.

Instalar um gabinete de estudos ao serviço do SNESup

Para suportar as discussões e posições dos órgãos sociais do SNESup haverá vantagem em dispor de um gabinete de estudos capaz de centralizar informações nacional e internacional pertinente, sobre o Sistema educativo português e sobre outros sistemas educativos europeus, de a catalogar, divulgar e manter disponível. A instalação dessa infra-estrutura é um dos objectivos programáticos da Direcção.

III - POR UMA PARTICIPAÇÃO MAIS ACTIVA, POR UMA ORGANIZAÇÃO MAIS EFICAZ

Dar rosto ao Sindicato na sua vida interna e externa

O Sindicato irá funcionar, no que à sua Direcção diz respeito, com base em áreas de responsabilidade e pelouros cujos titulares terão também responsabilidades em termos de comunicação interna (com os associados e com os delegados sindicais) e externa (com a comunicação social, com os órgãos de soberania, com as autoridades académicas e com outros interlocutores).

Divulgaremos os nomes dos colegas responsáveis por cada área, horários de atendimento, endereços de e-mail e, quando indispensável, número de telemóvel. Em relação aos contactos externos, procuraremos divulgar junto dos nossos interlocutores não apenas nomes e meios de contacto mas também os curricula dos membros das nossas delegações

Publicitar o funcionamento dos órgãos nacionais

Para além do maior envolvimento dos associados que resultará da realização de novas Assembleias-Gerais procuraremos assegurar uma informação regular sobre a actividade sindical e criar condições de publicitação das deliberações e demais expressões do funcionamento dos órgãos nacionais – Conselho Nacional, Direcção, Comissão de Fiscalização e Disciplina.

Utilizaremos o espaço que para o efeito for reservado em *Ensino Superior - Revista do SNESup*, a comunicação por correio electrónico e o nosso site.

Estimular a criação de estruturas sócio-profissionais e a expressão de correntes de opinião internas

O SNESup dispõe desde 10 de Abril de 2003 de um quadro formal de garantias de auto-organização dos associados, quer numa base de afinidade de problemas profissionais, quer numa base de afinidade de opiniões.

Esse quadro está ainda a ser pouco utilizado e, na generalidade das áreas, a Direcção pouco mais poderá fazer que favorecer o aparecimento de dinâmicas próprias.

Propomo-nos no entanto, reeditando iniciativas anteriores ou apoiando iniciativas actualmente em esboço, favorecer a criação de Comissões de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo, para o Ensino Artístico, e para a Defesa da Língua e da Cultura Portuguesas no Estrangeiro.

As sedes no SNESup continuarão à disposição dos interessados, mediante simples marcação.

Reforçar o apoio jurídico

O SNESup desenvolve neste momento um esforço apreciável no domínio do apoio jurídico.

Esse apoio tem de ser reforçado a nível formativo / informativo com a publicação no nosso site de novas “questões mais frequentes” e anotações à legislação vigente, e com a realização de novas acções de formação.

Alguns dos problemas mais frequentemente colocados detectados exigem a obtenção de medidas legislativas, outros exigem uma intervenção junto das instituições, em que pretendemos que o Sindicato, em sintonia com os interessados e com os advogados, actue essencialmente através dos Delegados Regionais.

Manter a Revista

A *Ensino Superior – revista do SNESup* tem sido um importante meio de divulgação e é já referenciada por vários colegas e interlocutores.

Qualquer estratégia de comunicação que se venha a desenhar passará obrigatoriamente pela manutenção desta ferramenta de difusão, ainda que em moldes actualizados.

Dinamizar actividades nas Sedes

Relançaremos a ideia de realização de debates ou outras actividades que tragam os associados às várias sedes do Sindicato, propiciando não só uma ocasião de convívio com colegas de outras instituições, mas também um maior contacto com o Sindicato.

Reforçar a capacidade de prestação de contas aos associados e de garantir a transparência interna

Durante o mandato que agora finda, foi já possível organizar o primeiro Orçamento de funcionamento do SNESup e foram criadas condições e estabelecidos procedimentos que permitem que se apresentem as contas no primeiro trimestre do ano seguinte, aliás como aconteceu com as contas de 2002.

Aliás, procuraremos que a prestação de contas, que vai sendo feita em Conselhos Nacionais regulares e em Relatórios e Contas já apresentados tempestivamente seja também feita aos associados, com linguagem acessível, recorrendo-se em matéria de gestão financeira, ao apoio de uma revisão profissional.